

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO

Katia Tatiana Moraes de Oliveira

Universidade Grendal do Brasil – Perú –
UNIGRENDAL.

São Bento do Una – PE. E-mail: katiatatiana_@
hotmail.com

Ana Lúcia de Melo Santos

Pedagoga (Universidade de Pernambuco – UPE),
Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade
de Comunicação, Tecnologia e Turismo de Olinda
– FACOTTUR).

São Bento do Una – PE.

Edilene Maria da Silva

Universidade Grendal do Brasil – Perú –
UNIGRENDAL.

São Bento do Una – PE.

Marilene da Silva Lima

Universidade Grendal do Brasil – Perú –
UNIGRENDAL.

Belo Jardim – PE.

Nubênia de Lima Tresena

Universidade Federal de Campina Grande –
UFCG.

Campina Grande – Paraíba

RESUMO: O referido trabalho propõe uma análise das práticas nas políticas públicas da educação infantil de 4 e 5 anos, com foco as prioridades de investimentos nos diferentes segmentos que compreende esta modalidade de ensino. Na educação Infantil, primeira modalidade de ensino regular de suma

importância a criança tem direito em todos os sentidos. Ao educador cabe considerar o tempo de aprendizagem de cada estudante e possibilitar diferentes estratégias metodológicas de ensino, unindo tudo a sua vivência cotidiana para que este saber tenha sentido para o mesmo. Contudo, isso só é possível quando as políticas educacionais são condizentes e possibilitam aos sujeitos envolvidos meios para que haja a efetivação da aprendizagem. Nesse sentido, analisar se realmente há avanços nas políticas públicas de educação infantil da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino, estas políticas é o objetivo principal dessa pesquisa, a qual foi realizada na Rede Municipal de ensino São Bento do Una, na primeira etapa sendo de caráter documental, buscou-se alguns embasamentos teóricos como as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, Base Nacional Curricular para a Educação infantil e numa segunda etapa, uma pesquisa exploratória qualitativa onde analisamos os dados coletados em entrevista realizada com a dirigente do FUNDEB Municipal, um gestor, um coordenador e um professor da rede Municipal de ensino. Onde concluímos que investimentos em programas de formação e materiais adequados são indispensáveis para a formação dessa modalidade de ensino infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes. Desafios.

ABSTRACT: his work proposes an analysis of the practices in public policies of 4 and 5 years old children's education, focusing the investment priorities in the different segments that comprise this modality of education. In early childhood education, the first form of regular education of paramount importance, the child is entitled in every way. The educator should consider the learning time of each student and enable different methodological strategies of teaching, uniting all their daily experience so that this knowledge has meaning for the same. However, this is only possible when educational policies are appropriate and enable the individuals involved to have the means to achieve learning. In this sense, to analyze if there are really advances in the children's public education policies of 4 and 5 years old and what challenges are faced in order to concretize them in practice within educational institutions, these policies is the main objective of this research, the which was carried out in the São Bento do Una Municipal Teaching Network, in the first stage being of a documentary nature, we searched for some theoretical bases such as the Curricular Guidelines for Early Childhood Education, National Curricular Base for Early Childhood Education and in a second stage, an exploratory research qualitative study where we analyzed the data collected in an interview with the FUNDEB Municipal manager, a manager, a coordinator and a teacher of the Municipal teaching network. We conclude that investments in training programs and adequate materials are indispensable for the formation of this modality of infantile education.

KEYWORDS: Know. Challenges. Perspectives. Advances.

1 | INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa de formação escolar da criança, como bem enfatiza Kramer (1984), Vieira (1986), Civiletti (1991), Kishimoto (2001), Oliveira (1999), entre outros tem trazido novas luzes a respeito desse tema. Para alguns profissionais da educação o cuidar e o educar são vistos como áreas diferentes na primeira infância, o cuidar resume-se as atividades ligadas à saúde, à higiene e ao bem-estar físico da criança, enquanto educar estar relacionado as rotinas pedagógicas da sala de aula. Este, porém, é um grande equívoco, já que cuidar e educar caminham juntos e, estão indissociavelmente conectados.

Segundo Bujes (2001, p. 14), “o surgimento das instituições de educação infantil relaciona-se com o surgimento da escola e do pensamento moderno entre os séculos XVI e XVII”. Responde, também, às novas exigências educativas resultantes das relações produtivas advindas da sociedade industrial. O contexto histórico do surgimento dessas instituições é ainda marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e ao desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança marcada pela inocência e pela

inclinação às más condutas.

A educação infantil apresenta-se hoje como uma instituição destinada a educação de crianças de 4 e 5 anos de idade, uma opção da família e um direito da criança, firmado com a Constituição Federal de 1988. A Pré-escola é integrante da Educação Básica, definidas dessa forma com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, e para poder entender sua atual mudança é preciso analisar sua história no constante movimento da sociedade (BRASIL, 1996).

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores (BRASIL, 1998).

Nesta perspectiva, o educador deve considerar que cada criança tem suas diferenças, que cada uma possui seu ritmo de aprendizagem. Sendo assim, o grande desafio da Educação Infantil e de seus profissionais, é compreender, conhecer e reconhecer o jeito de cada criança no mundo em que vive, como bem enfatiza o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que: “a Instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que frequentam, conteúdos que auxiliem o seu desenvolvimento e sua inserção no meio social” (BRASIL, 1998, p. 23).

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina entre outros, possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (SILVA, 2013).

No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e como o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação (TEIXEIRA, 2005).

As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (BRASIL, 1998).

Vale ressaltar que é preciso que haja a criação de políticas públicas com implantação de programas e projetos voltados para a formação de professores e apoio

técnico-pedagógico às instituições de ensino que prestam atendimento à educação infantil. Sendo assim, haverá proximidade com as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelas crianças, professores e outros profissionais da educação que sofrem o efeito da materialidade das políticas públicas, ou mesmo a ausência delas para desenvolver o trabalho de maneira participativa, inovadora e satisfatória (BRANDÃO, 2002).

Este trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer as definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino, como também o processo de transformação ideológica com relação a valorização do papel da criança na sociedade atual.

Como objetivo geral, verificar as definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino. Quanto aos objetivos específicos: Analisar se realmente há avanço nas políticas de educação da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino; *Identificar quais as* propostas de ensino elaboradas para a Educação Infantil pela administração municipal de São Bento do Una, Pernambuco, formação de professores, elaboração de diretrizes curriculares, investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária, destinação desses recursos públicos para a sua efetivação; Compreender que a garantia do direito à educação perpassa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais, tendo como meta a promoção e o atendimento de qualidade das crianças, dentre outras ações que vão requerer à destinação de recursos públicos para a sua efetivação.

Sabe-se que constitucionalmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios deverão organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, o que necessita a definição de políticas públicas de modo articulado e com a participação de todos os entes envolvidos nesse processo democrático e participativo.

2 | METODOLOGIA

Como percurso metodológico realizou-se uma pesquisa documental e exploratória qualitativa, com o propósito de aprofundar os estudos na temática: “Políticas Públicas na Educação Infantil de 4 e 5 Anos: Definições e prioridades de investimento para esta modalidade de ensino”, tendo como base teórica os autores: Barreto (1998), Brasil (1996, 1998, 2009, 2013, 2017), Bitta, Silva e Mota (2003), Brandão (2007), Campos, Fullgraf e Wiggers (2006), Silva (2013), entre outros.

Segundo Fonseca (2002, p. 23), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, relatórios de empresas, entre outras. Sendo de grande relevância a análise dos documentos tendo o propósito trabalhar diretamente com terminologias e teorias bibliográficas.

Enquanto que, a pesquisa exploratória qualitativa: “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias, a familiarização com o problema proposto, ou seja, a

tomada de conhecimento do tema a ser estudado” (GIL, 2010, p. 23). Sendo de grande importância, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa foi realizada na Secretaria de Educação do município de São Bento do Una – PE, Brasil. A escolha do Município, deu-se por desenvolver um trabalho com propostas inovadoras na área educacional como, por exemplo, o projeto Instituto Qualidade no Ensino (IQE), e por já apresentar uma sistematização de políticas públicas para Educação Infantil.

Os sujeitos dessa pesquisa foram um dirigente (Presidente do Conselho do FUNDEB), um gestor, um coordenador e um professor de Educação Infantil, que trabalham na rede pública de ensino do município de São Bento do Una, Estado de Pernambuco, Brasil. Os critérios de inclusão: dirigentes, gestores coordenadores e professores da instituição educacional. Critério exclusão: os funcionários que não são da área educacional.

O levantamento dos dados aconteceram nos meses de julho a agosto de 2018, através de aplicação de entrevista semiestruturadas com perguntas abertas com o objetivo de coletar informações, cujas respostas são imprevisíveis e o entrevistador não poderá controlar o que virá nas entrelinhas. Os resultados obtidos deu-se através de relatos escritos das opiniões dos entrevistados, confrontando com as ideias dos autores pesquisados.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A elaboração desse estudo deu-se pela aplicação de entrevista semiestruturadas abertas aos profissionais que trabalham junto as crianças da Pré-escola em Centros de Educação Infantil do município de São Bento do Una, Pernambuco, Brasil.

Entrevistados	Você tem conhecimento das definições e prioridades de formação docente, planejamento e investimentos para a pré-escola e as principais políticas públicas nessa modalidade de ensino?
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Sim. O município investe em programas municipais de formação continuada para todos os docentes, por modalidade de ensino e área específica. É o conselho acompanha a aplicação dos recursos.
Gestora	Sim. Acredito que todos deveria ter, principalmente os envolvidos com educação.
Coordenadora Pedagógica	Quanto a formação docente, considero insuficientes e algumas sem resultados positivos. Há parcerias com os governos Estaduais e Federais. Porém, há uma organização do município para acompanhar e trazer suportes para o educador na Creche e pré-escola. Temos a Proinfância no campo da infraestrutura educacional, recursos financeiros para construção de creches e aquisição de equipamentos e mobiliários.

Professora	Tendo em vista os avanços sociais, bem como as mudanças de concepção em relação ao papel da criança na sociedade, observa-se em seu contexto histórico pouquíssimas políticas voltadas para o atendimento às crianças de até 5 anos de idade. Infelizmente há busca de qualidade para obter políticas públicas necessita de investimentos da União para que tenha êxito.
------------	--

Quadro 1: Políticas públicas na Educação Infantil de 4 e 5 anos.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Ao entrevistarmos os sujeitos, afirmaram que o município investe em programas municipais de formação continuada para os docentes, por modalidade de ensino e área específica e o conselho acompanha a aplicação dos recursos.

Enquanto para as definições prioridades de formação docente, a professora mencionou que: “observa-se em seu contexto histórico pouquíssimas políticas voltadas para o atendimento às crianças de até 5 anos de idade”. Só que há uma preocupação por parte de alguns governantes de melhorar essas formações, tornando suficiente e dando suporte a esse profissional em sala de aula. Libâneo (2004, p. 227), defende a importância da formação continuada para os professores, só assim eles poderão desenvolver melhor o trabalho docente em sala de aula.

A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural dos profissionais, dos professores e especialistas[...]. É o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Com isso, a formação continuada é um fator fundamental para uma constante ressignificação da prática pedagógica, onde permite ao educador um maior aprofundamento dos conhecimentos profissionais, de refletir seu modo de pensar o fazer pedagógico, planejando, ressignificando e vivenciando novas experiências no ambiente escolar. É um dos subsídios necessários na prática deste profissional para obter uma educação de qualidade.

Entrevistados	Na sua opinião há avanços nas políticas de educação da criança de 4 e 5 anos e quais os desafios enfrentados para que de fato se concretizem na prática dentro das instituições de ensino?
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Nosso município vem priorizando a educação nos últimos anos. Os avanços nas estruturas físicas das unidades, bem como na melhoria da educação dessas crianças é visível e perceptível nos índices.
Gestora	Na minha opinião, há avanços sim. Os desafios tangem desde o empenho dos governantes até investimento voltados para a causa.
Coordenadora Pedagógica	Há. Porém a efetivação dos avanços são morosos; Existe uma burocracia que trava ações, apesar de existir uma definição de metas para a educação de pré-escola, mas a falta de recursos para o professor, o contexto social e familiar na maioria das vezes, tem impedido os resultados de aprendizagem qualitativa.
Professora.	Sim. Os avanços ocorreram depois da implementação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9.394/1996, após tivemos como avanço uma legislação das Diretrizes Curriculares Nacionais que passou a legislar sobre a Educação Infantil, formando, unificando e qualificando professores e a grade curricular.

Quadro 2: Avanços e desafios enfrentados nas instituições de ensino de Pré-escola.

Diante das afirmações dos entrevistados, vem priorizando melhoria no ensino e aprendizagem nas turmas de pré-escola, ampliando as estruturas físicas das instituições escolares, trazendo novos olhares a educação das crianças nessa faixa etária, sendo visível e perceptível nos índices.

Apesar que conforme a coordenadora pedagógica: *“Existe uma burocracia que trava ações, apesar de existir uma definição de metas para a educação de pré-escola, mas a falta de recursos para o professor”*. Com isso, pode-se salientar que as discussões sobre a falta de materiais para desenvolver suas aulas ainda é escassa, pois muitas vezes oferecem o mínimo, sabendo que poderiam proporcionar mais para as crianças de Pré-escola, por ser a base inicial de formação, até então, permitem-nos concebê-la como um processo de reflexão permanente sobre o uso frequente de materiais que desenvolva melhor o trabalho docente, envolvendo tanto os aspectos individuais, sociais, científicos, culturais e políticos, visando melhoria significativa desses sujeitos e das instituições escolares.

Muitos avanços foram alcançados nas últimas décadas em termos de construção de acordos federativos para a garantia dos direitos constitucionais. Na política educacional o país registra significativa ampliação do acesso e melhoria na qualidade do serviço público ofertado, resultantes das alterações legais, de novos marcos no financiamento, qualificação da gestão e do compromisso social de expressiva parcela da sociedade (BRASIL, 2014).

Entrevistados	Quais as propostas de ensino elaboradas para a Educação Infantil pela administração municipal de São Bento do Una, Pernambuco, formação de professores e elaboração de diretrizes curriculares?
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Existem programas específicos, projetos trabalhados diariamente, formação específica, porém em relação as diretrizes ainda está em processo, para todo município.
Gestora	Temos ultimamente um governo muito preocupado com a educação infantil. Onde tem sido investido muito em programas e cursos para melhoria e aperfeiçoamento da educação infantil. Um exemplo, e a adesão e implantação do Projeto Alfa e Beto, onde as crianças puderam se desenvolver de forma notória e serem alfabetizadas na idade certa.
Coordenadora Pedagógica	As formações continuadas são para os profissionais da Educação (professores e gestores); Reorganização de Equipe Técnica para acompanhar, dando suporte pedagógico as Unidades de Ensino. Efetivação de novas parcerias Federal e Estadual na modalidade de Educação Infantil.
Professora	Nosso município iniciou com o Programa Alfa e Beto, passamos dois anos com esse material. Atualmente estamos com a formação dos educadores que é o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), que colabora com a qualificação dos discentes.

Quadro 3: Propostas de ensino e formação de professores.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Em relação as propostas de ensino e formação de professores, conforme os entrevistados, inclusive a Presidenta do Conselho do FUNDEB, diz que: “para que isso ocorra de fato existem programas específicos, projetos trabalhados diariamente, formação específica, porém em relação as diretrizes curriculares ainda está em processo para todo município”. De acordo com as falas dos demais entrevistados, os

docentes que lecionam na Pré-escola, recebem formação duas vezes por mês para estudos das Diretrizes Curriculares e elaboração de novas estratégias de ensino e ampliando assim seus conhecimentos.

Acredita-se também que a vivência de programas nas instituições de ensino ampliam um repertório de informações, conhecimentos e experiências. Quem nos faz refletir sobre isso é a coordenadora pedagógica entrevistada que: “As formações continuadas são para os profissionais da Educação (professores e gestores); Reorganização de Equipe Técnica para acompanhar, dando suporte pedagógico as Unidades de Ensino. Efetivação de novas parcerias Federal e Estadual na modalidade de Educação Infantil”.

Nesta direção, Gómez (1995, p. 69) afirma que: “A prática como eixo do currículo da formação do professor deve permitir e provocar o “desenvolvimento das capacidades e competências implícitas no conhecimento-na-ação”, próprio desta atividade profissional; das capacidades, conhecimentos e atitudes que assenta tanto a reflexão-na-ação, que analisa o conhecimento-na-ação, como a reflexão sobre a ação e sobre a reflexão-na-ação. Todas estas capacidades, conhecimentos e atitudes não dependem da assimilação do conhecimento acadêmico, mas sim da mobilização de um outro tipo de conhecimento produzido em diálogo com a situação real.”

Entrevistados	Existem investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária e destinação desses recursos públicos para a sua efetivação. Justifique.
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Na sua totalidade não, porém as estruturas construídas nos últimos anos, vem sendo destinado também a esse público.
Gestora	Sim. Dispomos de duas Creches de Educação Infantil padrão FNDE, onde são investidos sempre com mobiliário, equipamentos, materiais pedagógicos, informática, visando sempre a melhoria do ensino ofertado as crianças.
Coordenadora Pedagógica	Existe investimento, mas não é suficiente, na perspectiva que a Educação Infantil é primordial na formação cognitiva, emocional e social da criança. Os recursos são escassos e muitos ausentes nas Unidades Escolares. Há oferta de vagas, falta a oferta de recursos repassados pelo governo Federal.
Professora	Sim, com o investimento do Ministério da Educação, obteve-se a manutenção dos estabelecimentos e dos mobiliários. Em 2016 foi implantado nas Creches do município o Programa Brasil Carinhoso que ajudou a fortalecer o vínculo escola e família.

Quadro 4: Investimentos e os recursos públicos.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Em relação aos investimentos em mobiliários e materiais adequados a essa faixa etária e destinação desses recursos públicos para a sua efetivação na sua totalidade não acontece, porém as estruturas nos últimos anos, vem sendo destinadas também a esse público.

Para a professora entrevistada: “Com o investimento do Ministério da Educação, obteve-se a manutenção dos estabelecimentos e dos mobiliários. Em 2016 foi implantado nas Creches do município o Programa Brasil Carinhoso que ajudou a fortalecer o vínculo escola e família”. O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática

de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Esses recursos são destinados aos alunos de zero a 48 meses, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2015).

Em contrapartida, a coordenadora pedagógica falou também que: “Existe investimento, mas não é suficiente, na perspectiva que a Educação Infantil é primordial na formação cognitiva, emocional e social da criança”. Suas palavras leva-nos a refletir sobre esses ambientes que as acolhem, pois os professores muitas vezes precisam de materiais para desenvolver com criatividade, autonomia e participação nas suas aulas, por falta de alternativas, assumem posturas adquiridas em seus processos de formação, mesmo que não concordem com elas.

Entrevistados	A garantia do direito à educação perpassa pela formulação e execução de políticas públicas educacionais, tendo como meta a promoção e o atendimento de qualidade das crianças, dentre outras ações que vão requerer à destinação de recursos públicos para a sua efetivação. A secretaria de educação junto as escolas tem garantido isso de fato? Como isso tem acontecido na prática?
Presidenta do Conselho do FUNDEB	Como já pautei nas respostas anteriores, nosso município vem buscando uma qualidade na educação. Investindo em estruturas físicas e humana, programa de formação para docentes, programas de melhoria para educação dos estudantes, muito ainda tem a avançar, mas busca garantir sim.
Gestora	Sim. A secretaria de educação do município a qual faço parte muito se preocupa para que todas as crianças que têm idade de Educação Infantil cheguem até as Creches. Estamos sempre fazendo campanhas e divulgando o trabalho realizado e a importância do acesso da criança na escola.
Coordenadora Pedagógica	Sim. Em particular destaco o segundo semestre como um diferencial, estão organizando e tendo uma pauta de ações voltada para a formação docente, apoio pedagógico e acompanhamento do processo ensino e aprendizagem.
Professora	O município de São Bento do Una vem investindo sim, mas de forma ainda precária. Precisa-se de um olhar mais delicado para a Pré-escola, pois é nessa fase que norteia e prepara o educando para os anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 5: Execução de políticas públicas para melhoria na qualidade do ensino.

Fonte: Pesquisa exploratória qualitativa, 2018.

Quanto a garantia do direito à educação no município de São Bento do Una, Pernambuco, vem buscando uma qualidade na educação. Investindo em estruturas físicas e humana, programas de formação para os docentes, programas de melhoria para educação dos estudantes. Na profissão docente, nos deparamos com múltiplas situações e dificuldades que não possuem receitas ou fórmulas para serem solucionadas.

Os relatos feitos pela gestora, afirma que: “A secretaria de educação do município a qual faço parte muito se preocupa para que todas as crianças que têm idade de Educação Infantil cheguem até as Creches”.

Visto que cada momento é único dentro do espaço da sala de aula, e situações

diversas requerem novas formas de decisões, portanto percepções e modos de reagir inovados e, muitas vezes, diferenciados e inéditos. Para Gómez (1995, p. 36) “a criação e a construção de uma nova realidade obrigam a ir para além das regras, fatos, teorias e procedimentos conhecidos e disponíveis”.

A Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Una, PE, dá todo um aparato para que não só a educação infantil, mas todos os estudantes da rede pública de ensino para que tenha um ensino de qualidade, a mesma vem apoiando os professores e propondo a realizações de projetos com a OMM – Olimpíada Municipal de Matemática, Concurso Literário, entre outros que abrangem todas modalidades de ensino.

4 | CONCLUSÕES

O contexto escolar as políticas públicas na educação infantil de 4 e 5 anos ainda deixa a desejar, falta prioridades de investimento para esta modalidade de ensino, por um lado tem exigido, cada vez mais, um professor atuante, capaz de desenvolver nos alunos experiências pedagógicas significativas, diversificadas e alinhadas com a sociedade em que estão inseridos.

A realidade educacional brasileira, no entanto é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática social e que se apropria da realidade como instrumento pedagógico, em um outro extremo percebe-se que as oportunidades de formação docente não estão dando conta da construção de um novo perfil profissional necessário aos nossos dias.

No entanto, a prática pedagógica de cada professor aflora suas concepções de ensino e aprendizagem. Estas concepções não estão claras e tampouco são perceptíveis a estes profissionais. Assim, estes necessitam de novos conhecimentos práticos e teóricos se visam uma melhoria em suas práticas docentes.

Diante disso, faz-se necessário, muita ação, discussão e reflexão. Os programas de formação continuada, as aulas atividades mensalmente e a participação e cursos e seminários educacionais, tal como vêm acontecendo, apesar das “boas intenções”, não têm atingido seus objetivos. Faltam estudos, reflexões com profissionais competentes e com conhecimentos teóricos e básicos que possam levantar questionamentos não percebidos pelos professores, a fim de auxiliá-los na análise de suas práticas. Estes acabam, quase sempre, aceitando “pacotes” prontos. Mesmo sem concordar, os professores assumem estas práticas, pois não possuem argumentos para questioná-las.

Concluindo, pode-se afirmar que a criação de programas e os investimentos realizados pelos governos federais, estaduais e municipais tem sido de grande relevância para melhorar o desenvolvimento das crianças nessa modalidade de ensino, bem como subsidiar o trabalho do professor em sala de aula. Mas, sem esses

recursos financeiros e, principalmente humano os resultados serão insatisfatórios para toda instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Ângela M. R. A educação infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Campinas, SP: Autores Associados, n. 24, p. 53-65, set./out./nov./dez. 2003.
- _____, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BITTAR, M.; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: **Educação infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.
- BRANDÃO, Isabel Cristina. **Políticas Públicas em Educação Infantil**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t072.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2018.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (Org.). **Trabalho pedagógico na educação infantil**. Londrina, PR: Humanidades, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base/pareceres>>. Acesso em: 10 ag. 2018.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 ag. 2018.
- _____. **O Sistema Nacional de Educação**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf>. Acesso em: 9 ag. 2018.
- _____. **Parecer CNE/CEB 020/2009**. Resolução CNE/CEB N. 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica, 2009.
- _____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Vol. 1, 2 e 3. Brasília, MEC, 1998.
- _____. **Resolução n. 15, de 6 de dezembro de 2017**. Programa Brasil Carinhoso. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/brasil-carinhoso>>. Acesso em: 10 de ag. 2018.
- CAMPOS, M. M. FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A Qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.127, p.87-128, jan./abr. 2006.
- CIVILLETI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa**. N.76, p. 31-40, Fev/1991. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1052/1060>>. Acesso em: 05 de ag. 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓMEZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

SILVA, Isabel Cristina de Andrade Lima e. Política Nacional de Educação Infantil: a participação de atores não estatais na elaboração da política pública. **Tese** (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250808/1/Silva_IsabelCristinadeAndradeLima_D.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

TEIXEIRA, Carlos. E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

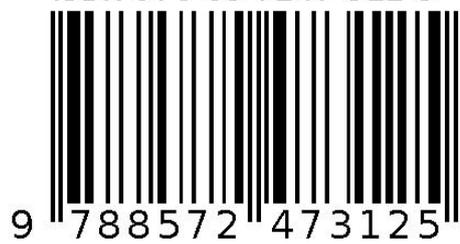
Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125